

As sondagens pré-eleitorais nas autárquicas de 2005

PEDRO MAGALHÃES E DIOGO MOREIRA*

Este artigo¹ está dividido em três partes principais. Na primeira, descreve-se o contexto institucional e político das eleições autárquicas de 2005, isolando alguns dos aspectos com potenciais repercussões na cobertura das eleições pelos meios de comunicação social e, em particular, através de sondagens. Na segunda, fazemos uma abordagem descritiva das sondagens publicadas sobre as eleições autárquicas, nomeadamente para as câmaras municipais, isolando alguns factores que terão estado por detrás da maior ou menor atenção a determinados concelhos e descrevendo a forma como os seus resultados foram divulgados pelos meios de comunicação social. Finalmente, na terceira parte, testamos algumas hipóteses explicativas do grau de precisão das estimativas fornecidas pelas sondagens quando confrontadas com o que vieram a ser os resultados finais.

O contexto das eleições autárquicas de 2005

A Constituição da República Portuguesa consagra a autonomia do poder local face à administração central através da eleição, de quatro em quatro anos, dos órgãos representativos das populações dos concelhos e freguesias em todo o território.

* Investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e director do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (pedro.magalhaes@ics.ul.pt); doutorando do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (diogo.moreira@ics.ul.pt)

rio nacional. Existem quatro órgãos de poder local, sendo três eleitos directamente por sufrágio universal e directo. Nas freguesias, os eleitores votam para a Assembleia de Freguesia², sendo que o candidato que encabeçar a lista mais votada para este órgão se tornará o presidente da Junta de Freguesia, cabendo à Assembleia de Freguesia votar os demais membros da Junta de Freguesia. Ao nível dos concelhos, os eleitores votam para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal em listas separadas, sendo que o candidato que encabeçar a lista mais votada para a Câmara Municipal se tornará o presidente de Câmara. Em 2005, a composição destes órgãos esteve em jogo em 308 concelhos e 4260 freguesias em Portugal Continental e nas duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Grande parte da atenção tende a concentrar-se, contudo, na eleição dos presidentes das câmaras municipais. Apesar de o sistema eleitoral dos órgãos do poder local aplicar um método proporcional de atribuição dos mandatos – no caso, o método D’Hondt – e de as listas serem fechadas, existe uma forte dinâmica política personalista e maioritária nas eleições locais. O primeiro candidato da lista mais votada é automaticamente eleito presidente da Câmara, independentemente dos desejos da maioria dos vereadores. Para além disso, existe um forte desequilíbrio de competências entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, sendo que os instrumentos tradicionais de controlo do executivo por parte de um órgão deliberativo (seja pelo poder de provocar a demissão do executivo ou pela capacidade de bloquear regulamentação) não fazem parte das competências da Assembleia Municipal. Este desequilíbrio é reforçado pelo facto de, ao contrário do que sucede com o chefe do executivo do governo nacional, o presidente da Câmara gozar de inamovibilidade política.³ E não é compensado inteiramente pelo facto de a Câmara ser um órgão colegial eleito por representação proporcional, dado que o presidente mantém o poder de determinar quais os vereadores que exercerão competências concretas em matéria de actos camarários, assim como o de nomear aqueles que exercerão o cargo a tempo inteiro, usufruindo de um salário completo e de pessoal de apoio ao seu gabinete.

Assim, apesar de usarem um sistema eleitoral proporcional e de elegerem vários órgãos do poder local, as eleições autárquicas tendem a ser vistas, em geral, como duelos altamente personalizados entre os principais concorrentes à presidência da Câmara (Zbyszewski, 2006) e como “barómetros” do apoio nacional em relação aos diversos partidos. A cobertura destas eleições nos meios de comunicação social incide principalmente nestes duelos, e os resultados nacionais são analisados em função do número de câmaras conquistadas por cada partido. E apesar da quase inexistente investigação sobre a matéria, circula no discurso político, mediático e mesmo académico a convicção de que, nas eleições autárquicas, o voto tende

a ser explicado menos por predisposições ideológicas ou fidelidades partidárias do que por outros factores, esses, sim, determinantes, tais como os níveis de satisfação com o governo central. Estas eleições, em boa parte dependentes da avaliação das qualidades pessoais dos candidatos, transformam-se assim também num barómetro do apoio popular aos partidos no poder.

As eleições autárquicas de 9 de Outubro de 2005 não foram excepção a estes padrões. O seu primeiro pólo de interesse teve a ver com o facto de, do ponto de vista do ciclo eleitoral, serem as primeiras eleições realizadas após as legislativas de Fevereiro do mesmo ano, que tinham dado a maioria absoluta ao Partido Socialista. Por um lado, o PS tinha aspirações a melhorar o mau resultado das autárquicas de 2001, no seguimento das quais o anterior primeiro-ministro socialista, António Guterres, se tinha demitido. Por outro lado, tendo em conta que a popularidade do primeiro-ministro José Sócrates vinha, segundo as sondagens, diminuindo rapidamente desde as eleições de Fevereiro, mercê de uma série de medidas impopulares de contenção orçamental e aumento dos impostos, as autárquicas foram também vistas como um primeiro barómetro popular da actuação governamental.

O segundo pólo de interesse esteve ligado à apresentação de candidaturas independentes por parte de anteriores presidentes de câmara, cujo grau de sucesso poderia dar elementos adicionais sobre a relevância dos apoios e simpatias partidárias para o comportamento eleitoral nas autárquicas. Na verdade, apesar de as candidaturas de cidadãos independentes aos órgãos do poder local serem permitidas desde 2001, o elevado número de assinaturas necessário para formalizar tais candidaturas, que varia segundo o tamanho do concelho, tendia a inviabilizar que listas independentes se formassem para concorrer aos principais concelhos do país. Em suma, poucos candidatos independentes possuíam a capacidade de concorrer com os aparelhos partidários em concelhos de grande dimensão.

Nas eleições de 2005, contudo, alguns candidatos contornaram estas dificuldades com sucesso. Isaltino de Moraes, em Oeiras, e Valentim Loureiro, em Gondomar, ambos anteriormente eleitos para a presidência da câmara nos respectivos concelhos pelo PSD, viram os seus nomes vetados pela direcção do partido devido a alegados envolvimentos em casos de corrupção, tendo optado por concorrer como independentes. Em Felgueiras, Fátima Felgueiras, anteriormente eleita para a presidência da câmara pelo PS e investigada num caso de desvio de dinheiros públicos, concorreu também como independente, depois de uma atribulada fuga para o Brasil e posterior regresso como candidata, que lhe permitiu gozar de imunidade durante a campanha. Apesar de ter havido outros candidatos independentes, estes foram sem dúvida os que geraram maior interesse entre os meios de comunicação social.

Do ponto de vista do desempenho do partido de governo, estas eleições acabaram por produzir um resultado pouco diferente do verificado em 2001: o PS conquistou 109 presidências de câmara, contra as 113 conquistadas quatro anos antes e muito abaixo das 158 conquistadas pelo Partido Social Democrata, um resultado que foi assumido pelo PS como sinal de um «distanciamento em relação ao partido» por parte do eleitorado.⁴ Quanto aos candidatos independentes, sete deles foram bem-sucedidos, incluindo os casos de maior destaque mediático: Isaltino de Moraes, Valentim Loureiro e Fátima Felgueiras.

As sondagens pré-eleitorais nas autárquicas de 2005

Nos sete meses que antecederam as eleições autárquicas foram divulgados nos meios de comunicação os resultados de 86 sondagens pré-eleitorais, realizadas em 41 concelhos.⁵ Observando os concelhos nos quais foram realizadas sondagens, é possível detectar vários padrões relevantes. O primeiro é de concentração da realização de sondagens nos concelhos com maior população residente. Os 41 concelhos onde foram realizadas sondagens representam 13% do número total de concelhos, mas neles reside nada menos que 35% da população nacional. De resto, das eleições ocorridas nos 20 maiores concelhos em termos de dimensão populacional, quase metade (nove) foram cobertas por sondagens: Lisboa, Sintra, Porto, Matosinhos, Braga, Gondomar, Oeiras, Coimbra e Santa Maria da Feira. E dos seis concelhos onde mais sondagens foram realizadas – Lisboa (10), Porto (7), Faro (6), Oeiras (5), Gondomar (5), Sintra (4) – cinco deles estão entre os mais populosos do país.

A dimensão populacional não parece ter sido, contudo, o único critério utilizado para a cobertura por sondagens. Em primeiro lugar, a notoriedade nacional de alguns candidatos à presidência da câmara parece ter sido tomada em conta na escolha de alguns concelhos, incluindo a existência de candidaturas independentes (em Amarante, Felgueiras, Gondomar e Oeiras) ou de figuras públicas conhecidas (caso de Moita Flores em Santarém). Um factor adicional terá sido o grau de competitividade previsto para os duelos camarários, o que levou à inclusão de concelhos em que se esperava uma grande competição entre os principais partidos – casos de Faro e Aveiro – ou, pelo contrário, à exclusão de concelhos de grande dimensão, onde, contudo, a vitória de um determinado candidato parecia garantida à partida (casos de Gaia, Loures, Amadora ou Cascais). Finalmente, como veremos melhor um pouco mais adiante, as dinâmicas próprias da imprensa regional parecem explicar muitos dos concelhos abrangidos. Enquanto os órgãos de comu-

nicação nacional (responsáveis pela divulgação de menos de metade do total de sondagens publicadas – 40 em 86) se concentraram em apenas dez concelhos – essencialmente os de maior dimensão –, os órgãos de comunicação regionais foram responsáveis pela divulgação das restantes sondagens, com 31 dos 41 concelhos abrangidos a serem exclusivamente cobertos pela imprensa regional.

Esta segmentação entre eleições cobertas por sondagens divulgadas por órgãos de comunicação regionais e outras cobertas por sondagens divulgadas pela imprensa nacional reflecte-se também numa segmentação de mercados por parte dos institutos de sondagens. Como se verifica no Quadro 1, a esmagadora maioria das sondagens divulgadas por órgãos de comunicação nacionais (os canais de televisão TVI, RTP ou SIC ou os jornais *Expresso*, *Público*, *Diário de Notícias* ou *Correio da Manhã*) foram realizadas por institutos – Intercampus, Católica, Marktest e Aximage –, que trabalharam para esses órgãos de comunicação em exclusivo, o mesmo sucedendo com os institutos – Gemeo/IPAM, Regipom, IPOM e Euroexpansão – que trabalharam para órgãos da imprensa regional. Existe assim uma clara distinção entre um mercado nacional e regional nas sondagens autárquicas de 2005, tanto ao nível dos clientes – órgãos de comunicação social – como dos fornecedores – institutos de sondagem, havendo apenas um operador do lado dos institutos, a Eurosondagem, a agir nos dois mercados.

Quadro 1 – Distribuição das sondagens por institutos e tipos de órgãos de comunicação (nacionais ou regionais)

Institutos	Órgãos de comunicação	
	Nacionais	Regionais
Intercampus	8	1
Católica	8	0
Marktest	6	0
Aximage	6	0
Eurosondagem	12	10
Gemeo/IPAM	0	16
Regipom	0	12
IPOM	0	6
Euroexpansão	0	1

Um aspecto adicional da divulgação das diferentes sondagens que acabou por estar relacionado com esta segmentação de mercado teve a ver com o *timing* da

sua divulgação. Como podemos observar no Quadro 2, enquanto mais de duas em cada três das sondagens divulgadas por órgãos de comunicação nacionais foram realizadas a menos de um mês do dia das eleições, as sondagens divulgadas pela imprensa regional repartiram-se de forma mais espaçada no tempo, sendo que a maioria delas foi realizada mais de um mês antes do dia 9 de Outubro. Isto teve, como veremos, implicações na sua capacidade para obter estimativas de resultados mais ou menos próximas daqueles que vieram a ser os resultados eleitorais em cada concelho.

Quadro 2 – Distribuição das sondagens por data da sua realização e tipos de órgãos de comunicação (nacionais ou regionais)

<i>Timing em relação às eleições</i>	Órgãos de comunicação	
	Nacionais	Regionais
Mais de três meses antes	17,5% (7)	32,6% (15)
Mais de um mês e menos de três meses antes	12,5% (5)	28,2% (13)
Menos de um mês antes	70% (28)	39,1% (18)

A forma como os resultados das sondagens foram divulgados nos meios de comunicação social merece também análise. Por imposição da lei 10/2000, de 21 de Junho, a publicação de sondagens de opinião em órgãos de comunicação social tem de ser sempre acompanhada da divulgação de algumas das suas características técnicas, tais como a dimensão da amostra, a taxa de resposta, as datas em que teve lugar o trabalho de campo, o método de amostragem utilizado (aleatória, por quotas ou outra) e o método de recolha de informação (telefónica, presencial ou outro)⁶. O cumprimento destes requisitos é, contudo, errático por parte dos órgãos de comunicação social.

A divulgação da taxa de resposta – genericamente, a percentagem de inquéritos válidos obtidos em relação ao número de indivíduos contactados para participarem na sondagem – é, de todos, o elemento informativo cuja divulgação é mais rara, não sendo sequer evidente que os poucos institutos que a divulgam a estejam a calcular da mesma forma. Contudo, mesmo as características técnicas

mais elementares de uma sondagem estiveram por vezes ausentes da peça jornalística onde os seus resultados são divulgados. Entre as sondagens divulgadas por órgãos de comunicação nacional, oito das nove sondagens realizadas pela empresa Intercampus foram divulgadas sem qualquer explicação da metodologia utilizada para seleccionar os inquiridos. Entre as sondagens divulgadas por órgãos da imprensa regional, uma foi divulgada sem que o método de inquirição tivesse sido publicitado, duas sem menção das datas de realização do trabalho de campo e nove (oito delas conduzidas pela Regipom) sem que o método de escolha dos inquiridos tivesse sido explicado. A única característica técnica que foi divulgada por todas as sondagens foi a dimensão da amostra.

Na base desta informação incompleta – mas que conseguimos, nalguns casos, completar através de contactos pessoais – é possível fornecer alguns elementos genéricos de caracterização técnica das sondagens realizadas. Em primeiro lugar, a dimensão média das amostras utilizadas foi de 669 inquiridos, o que, na pressuposição de uma amostra puramente aleatória e tendo em conta a dimensão média das populações sobre as quais se queria fazer inferências (a população eleitora), corresponde a 4,2% de margem de erro amostral máximo com um intervalo de confiança de 95%.⁷ No entanto, a dimensão de amostra mínima detectada é de 123 inquiridos, o que, ainda na pressuposição de uma amostra puramente aleatória e com um intervalo de confiança de 95%, resulta numa margem de erro máxima de nada menos que 8,8%. Aliás, mais de um terço de todas as sondagens realizadas tiveram uma dimensão amostral inferior a 500 inquiridos.

Em segundo lugar, pouco mais de metade (57%) das sondagens utilizou amostras por quotas, pelo que a escolha final dos inquiridos foi feita não aleatoriamente, mas obedecendo a uma grelha que teve em conta os parâmetros sexo, idade, instrução, ou outras características correspondentes às do universo abrangido. É visível, a este respeito, a existência de *house practices*, ou seja, preferências sistemáticas pela utilização de um determinado tipo de amostragem por parte de diferentes institutos de sondagens. Enquanto a Aximage, a Marktest, a Intercampus, o IPOM e a Gemo/IPAM optaram invariavelmente pela amostragem por quotas, a Católica e a Eurosondagem adoptaram sempre a amostragem aleatória. Aliás, a existência destas *house practices* parece alargar-se também ao modo de inquirição. Enquanto a Aximage, a Eurosondagem, a Gemo/IPAM, o IPOM, a Markest e o Regipom usaram sempre a inquirição telefónica, a inquirição face-a-face foi quase sempre usada pela Intercampus e pela Católica. Em geral, diga-se, a esmagadora maioria das sondagens (82%) foi telefónica, facto a que não deverá ser alheio o elevado custo da inquirição presencial.

Erros e suas fontes

O primeiro passo indispensável para a análise dos factores conducentes a uma maior ou menor precisão das sondagens consiste em encontrar um bom instrumento de medida para essa «precisão». Os estudos existentes apontam para várias alternativas, todas destinadas a tornar os resultados das sondagens comparáveis entre si e, por sua vez, comparáveis com resultados eleitorais (Mosteller *et al.*, 1949; Crespi, 1988; Mitofsky, 1998; Panagakis, 1999; Martin *et al.*, 2005). Todos estes indicadores comportam vantagens e desvantagens, mas apenas um se mostra apropriado para lidar com sondagens e eleições realizadas em contextos multipartidários: o chamado «método 3» de Mosteller (Mosteller *et al.*, 1949). Este método consiste em calcular, para cada sondagem, o valor absoluto da diferença entre cada estimativa percentual fornecida e o resultado eleitoral percentual para cada candidato ou partido, ficando a *média desses desvios absolutos* a constituir a medida de precisão de cada sondagem.

Para que as sondagens sejam comparáveis entre si e com os resultados eleitorais, quer as estimativas da sondagem (arredondados de forma a não terem casas decimais, dado que nem todos os institutos as apresentam), quer os resultados eleitorais são recalculados de modo a que votos brancos e nulos sejam proporcionalmente redistribuídos pelas opções válidas. Para além disso, nas sondagens que indiquem uma percentagem de indecisos ou não-respostas, estas são também redistribuídas proporcionalmente pelas opções válidas. Finalmente, como há sondagens que não indicam estimativas para todos os partidos que concorreram à eleição, nesses casos, para fins de comparação entre a sondagem e os resultados eleitorais, os segundos são também recalculados, redistribuindo-se proporcionalmente todas as opções de voto válidas não contempladas na sondagem pelas opções válidas para as quais a sondagem dá estimativas.

O Quadro 3 fornece um exemplo de como foi calculada a média dos desvios absolutos, neste caso aplicado à sondagem mais precisa de todas as que foram feitas para as eleições autárquicas de 2005, uma sondagem realizada pela Gemeo/IPAM para as eleições na Câmara Municipal de Águeda. Na segunda linha, vemos os resultados da sondagem tal como divulgados na imprensa, neste caso apresentados sem casas decimais e sem indecisos. Na terceira linha, vemos os resultados eleitorais oficiais, em percentagem de votos. A quarta linha mostra os mesmos resultados recalculados de forma que os votos nos três partidos para cujos resultados a sondagem estimou votos totalizem também 100%. Finalmente, a última linha mostra o valor absoluto da diferença entre os valores na segunda (a sondagem) e quarta linhas (resultados eleitorais após redistribuição), assim como a média desses desvios absolutos (neste caso, 0,3%).

Quadro 3 – Exemplo de cálculo do desvio absoluto médio de uma sondagem em relação aos resultados eleitorais

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	Outros, brancos, nulos
Sondagem	49%	45%	6%	–	–	–
Resultado eleitoral	44,3%	40%	5,6%	3,3%	2,2%	4,7%
Resultado eleitoral após redistribuição	49,3%	44,5%	6,2%	–	–	–
Desvios absolutos	0,3%	0,5%	0,2%	Média dos desvios absolutos: 0,3%		

Munidos deste instrumento, é possível desde logo fazer algumas considerações gerais sobre as sondagens para as autárquicas de 2005. A média dos erros «método 3» cometidos pelas 86 sondagens foi de 4,6%. Trata-se de um valor apenas ligeiramente superior ao que seria de esperar exclusivamente na base do erro amostral máximo que decorre da dimensão média das amostras, 4,2%. Contudo, importa recordar que esse valor do erro amostral é o erro *máximo*, ou seja, associado a uma estimativa de 50%, enquanto o cálculo do erro «método 3» inclui muitas estimativas abaixo dos 50%, estimativas essas cujo erro amostral associado é inferior a 4,2%. Logo, os desvios entre as estimativas das sondagens e aqueles que acabaram por ser os resultados eleitorais foram muito superiores ao que seria expectável meramente na base do erro amostral. Assim, que outros factores podem ajudar a explicar a proximidade ou distância dos resultados de uma sondagem pré-eleitoral em relação àqueles que vêm a ser os resultados eleitorais? A bibliografia sobre o tema costuma destacar três tipos de factores: a distância temporal entre a realização do trabalho de campo da sondagem e o dia das eleições, as características técnicas da sondagem e o contexto político da eleição.

Uma sondagem pré-eleitoral não deve ser vista, por definição, como uma previsão de resultados eleitorais, mas sim como uma inferência descritiva acerca das intenções de uma determinada população. Contudo, as diferenças entre essa inferência e aquilo que acaba por suceder no dia das eleições não deverão ser insensíveis ao momento concreto em que a recolha dos dados da sondagem é feita: quanto mais tarde a sondagem for conduzida, maior a probabilidade de os seus resultados reflectirem os efeitos de todos os factores que, até ao dia das eleições, acabam por influenciar a decisão de voto – decisão essa que, como se sabe, é uma decisão tardia para um número significativo (e crescente) dos eleitores nas democracias ocidentais (Asher, 1992; Henn, 1998). Logo, para testar a hipótese

de que a distância temporal entre o trabalho de campo e o dia das eleições afecta a precisão das sondagens, distinguimos, entre todas, aquelas cujo trabalho de campo terminou durante o último mês antes das eleições. A hipótese é que, independentemente de outros factores, as primeiras deverão ter sido mais precisas do que as segundas.

Um segundo conjunto de factores que deverão supostamente influenciar a discrepância entre as estimativas das sondagens e os resultados eleitorais tem a ver com as características técnicas de cada estudo. É frequentemente defendida a ideia de que a amostragem por quotas tende a produzir piores estimativas sobre a população, devido à introdução de enviesamentos por parte dos inquiridores, à escolha de variáveis inadequadas ou mesmo ao uso de dados imprecisos ou desactualizados dos recenseamentos à população (Jowell *et al.*, 1993; Market Research Society, 1994). Por outro lado, também o uso de sondagens telefónicas comporta potencialmente alguns problemas, especialmente devido às mais baixas taxas de resposta que costuma gerar e aos problemas de cobertura do território e da população por telefones fixos (Asher, 1992; Miller, 2002). Contudo, há também quem avance argumentos contrários a estes. Em primeiro lugar, a mera distinção entre aleatoriedade e quotas pode ser insuficiente para capturar a complexidade dos processos de selecção da amostra, que frequentemente usam combinações dos diferentes métodos em diferentes fases. Segundo, a superioridade da escolha aleatória de inquiridos depende quer de elevadas taxas de resposta, quer de práticas consistentes de revisita e não substituição de inquiridos escolhidos aleatoriamente, práticas essas cuja existência é difícil de apurar nos relatórios técnicos das sondagens e, de resto, de difícil implementação em sondagens pré-eleitorais, em que o factor tempo é crucial. Finalmente, a inquirição presencial, apesar das vantagens que pode trazer, implica sempre uma menor homogeneização dos procedimentos de aplicação do inquérito e uma menor capacidade de monitorização do trabalho dos inquiridores. Logo, não surpreende que vários estudos tenham revelado que, em si mesmos, o modo de selecção ou de inquirição dos inquiridos podem acabar por não fazer grande diferença na precisão das sondagens (Crespi, 1988; Crewe, 1993; Moon, 1999; Magalhães, 2005).

Finalmente, há um conjunto de factores sociopolíticos ligados ao contexto em que as eleições têm lugar (e onde as sondagens são realizadas) que podem influenciar a capacidade de as estimativas resultantes de sondagens se aproximarem daquilo que vêm a ser os resultados finais. O nível de participação eleitoral numa dada eleição é, desde logo, um forte candidato. Dado que as sondagens pré-eleitorais medem intenções – enquanto os resultados eleitorais são a consequência de comportamentos concretos – e tendo em conta a pressão normativa no sentido

de conceber o voto como um «dever cívico», as sondagens pré-eleitorais acabam por captar intenções de voto que muitas vezes não se realizam. Logo que exista abstenção diferencial – ou seja, que aqueles que indicam intenções de voto para alguns partidos acabem, no dia das eleições, por se desmobilizar mais ou menos do que aqueles que indicam intenções para outros partidos –, a discrepância entre as sondagens e os resultados eleitorais será inevitável, e deverá ser tanto maior quanto mais elevada for a abstenção eleitoral (Crespi, 1988; Magalhães, 2005).

Um segundo factor contextual que costuma ser apontado como importante é o grau de competitividade da eleição. Uma eleição pouco competitiva, em que o vencedor está garantido à partida, pode levar a que uma parte do eleitorado que nele tencionava votar – exprimindo o seu apoio em sondagens durante a campanha – acabe por conceber o seu voto como sendo menos importante para o desfecho final, incentivando a desmobilização ou mesmo – para aqueles que tencionavam votar estrategicamente num partido que se revela como favorito – a mudança de última hora do sentido de voto «sincero», optando por um candidato ou partido que não disputa a vitória na eleição. Desta forma, eleições que o vencedor ganha por uma grande margem – pouco competitivas – costumam ser caracterizadas por uma menor precisão das sondagens (Crespi, 1988; Magalhães, 2005).

Finalmente, testaremos ainda os efeitos de um factor adicional que nos parece relevante no contexto destas eleições autárquicas: a existência ou não de candidaturas independentes para presidências de câmara. A hipótese de partida é a de que a apresentação deste tipo de candidaturas pode enfraquecer a identificação partidária que, a longo prazo, estabiliza o voto. Estas candidaturas tornam assim menos provável que as intenções de voto cristalizem em tempo útil para fins da sua captação por sondagens pré-eleitorais. Para além disso, se os responsáveis pelas sondagens usarem dados de comportamento eleitoral passado ou de identificação partidária como elemento de ponderação das suas amostras ou para a produção de estimativas de resultados eleitorais (fenómeno cuja extensão não conseguimos apurar na base das fichas técnicas existentes), a utilidade dessa utilização para fins de correcção de distorções na amostra ou para melhoria da precisão das estimativas tenderá a ser menor em contextos em que a oferta política tradicional é perturbada pela existência de candidaturas independentes. Assim, em síntese, a nossa hipótese é a de que, *ceteris paribus*, as sondagens realizadas em concelhos onde houve candidaturas independentes à presidência da Câmara Municipal deverão ter sido menos precisas do que as restantes.

O Quadro 4 apresenta os resultados de uma análise de regressão linear em que a variável dependente é o valor do «erro 3» cometido por cada sondagem. Como

variáveis explicativas incluímos o tipo de amostragem (quotas, 0; aleatória, 1), o modo de inquirição (telefónica, 0; face-a-face, 1); o momento em que o trabalho de campo teve lugar (último mês antes das eleições, 1; restantes, 0); a taxa de abstenção, em percentagem; a margem de vitória, em pontos percentuais, no concelho onde a sondagem teve lugar; e a existência de candidaturas independentes (se sim, 1; se não, 0). Temos ainda de adicionar duas variáveis de controlo. Por um lado, na base daquilo que sabemos sobre a relação entre a dimensão das amostras e o erro amostral, a expectativa é a de que, neste conjunto de sondagens, aqueles que fizeram inferências na base de amostras de maiores dimensões deverão ter sido mais precisas. Contudo, a relação entre a dimensão da amostra e o erro amostral não é linear: quanto mais se aumenta a dimensão da amostra, menores são os ganhos em termos de diminuição do erro. Logo, para testar a existência de uma relação entre os erros cometidos pelas sondagens e a dimensão da amostra, usamos como variável de controlo não a dimensão da amostra, mas sim o erro amostral máximo que dela decorre, que, esse sim, deverá ter uma relação linear com o erro médio global cometido pela sondagem. Para uma estimativa de 50% (erro máximo) e com um grau de confiança de 95%, o erro amostral (em valor percentual) decorrente da pressuposição de amostragem aleatória calcula-se da seguinte forma:

$$1.96 \sqrt{\frac{(100 - P)P}{n} \times \frac{(N - n)}{N - 1}}$$

Neste caso, $P=50$, sendo n a dimensão da amostra e N a dimensão da população (o número de eleitores em cada concelho).

Por outro lado, importa também introduzir, como variável de controlo, o número de estimativas dadas por cada sondagem e que entraram para o cálculo do «erro 3». Subjacente à introdução desta última variável de controlo está a ideia de que este indicador de precisão é sensível ao número de estimativas utilizadas para o seu cálculo (Mitofsky, 1998): quanto mais estimativas considerarmos, menor será o erro médio, dado que o erro amostral associado a menores estimativas é, *ceteris paribus*, menor.

Foram estimados dois modelos. O primeiro inclui a totalidade dos casos, excluindo as variáveis do tipo de amostragem e do modo de inquirição, sobre as quais não temos informação para todas as sondagens. O segundo inclui apenas as sondagens para as quais obtivemos informação completa, quer sobre o tipo de amostragem, quer sobre o modo de inquirição.

Quadro 4 – Modelo explicativo dos erros das sondagens

	Totalidade dos casos	Casos com informação completa
Constante	4,884 (3,664)	2,605 (4,305)
Erro amostral	1,139*** (0,282)	1,445*** (0,367)
N.º de estimativas	-1,454** (0,411)	-1,552** (0,442)
Amostragem aleatória	–	1,731* (0,768)
Inquirição face-a-face	–	1,140 (1,071)
Trabalho de campo último mês	-1,434+ (0,748)	-1,700+ (0,861)
Taxa de abstenção	0,037 (0,057)	0,048 (0,065)
Margem de vitória	-0,011 (0,031)	-0,002 (0,034)
Candidato independente	2,358* (0,963)	2,572* (1,110)
N	86	77
R2 ajustado	0,369	0,370

+p<0,1; *p<0,05; **p<0,01

Note-se, antes de mais, que as variáveis de controlo são estatisticamente significativas e que os seus coeficientes têm a direcção prevista em ambos os modelos. Por um lado, quanto maior foi o erro amostral máximo teoricamente decorrente da dimensão da amostra utilizada e da sua relação com a dimensão da população, maior foi o erro médio cometido pelas sondagens. Por outras palavras, amostras de maior dimensão tenderam a proporcionar estimativas mais precisas, independentemente do momento em que a sondagem foi realizada ou de quaisquer outros factores. Por outro lado, como também seria de prever, os efeitos do número de estimativas utilizado para a computação do «erro 3» são visíveis: quanto maior o número de estimativas de intenção de voto dadas por cada sondagem – e utilizadas para a computação do «erro 3» –, menor esse erro.

Controlados os efeitos destas variáveis, podemos apreciar os efeitos do *timing* do trabalho de campo, das características técnicas e dos contextos políticos de cada eleição. Como se supunha, sondagens realizadas mais perto do dia da eleição – neste caso, no último mês – tiveram erros significativamente inferiores àquelas realizadas em momentos anteriores. Por outro lado, no modelo onde é possível aferir os efeitos das

características técnicas das sondagens, verifica-se que, apesar de o modo de inquirição não produzir qualquer efeito, as sondagens feitas a inquiridos escolhidos aleatoriamente acabaram por ser menos precisas do que as sondagens por quotas. Este resultado chama a atenção para o facto de a suposta superioridade das sondagens aleatórias se basear no pressuposto da aplicação de uma série de procedimentos adicionais para garantir que a uma regra «aleatória» de selecção corresponde a escolha de uma amostra verdadeiramente «aleatória» de inquiridos (revisitas ou recontactos na ausência do inquirido e não substituições de inquiridos não contactáveis). Estes resultados sugerem a possibilidade de esses procedimentos não terem sido sistematicamente aplicados ou de as dificuldades de contacto e taxas de recusa terem sido elevadas.

Nem a taxa de abstenção nem o grau de competitividade das eleições terão tido efeitos significativos na precisão das sondagens. O facto de nem uma nem outra terem afectado a precisão das sondagens pré-eleitorais autárquicas merece especial destaque, especialmente em contraste com as conclusões de estudos anteriores sobre as sondagens nas eleições legislativas e europeias em Portugal (Magalhães, 2005). Contudo, importa recordar duas coisas. Por um lado, como já vimos anteriormente, o grau de competitividade das eleições autárquicas parece ter sido um dos factores de selecção das eleições a cobrir por sondagens, ao contrário do que sucede nas eleições nacionais (que são cobertas pelas sondagens independentemente do seu grau de competitividade). Logo, isto significa que os reais efeitos desta variável podem ter sido deprimidos devido à amostra de casos ser auto-seleccionada na base de uma das variáveis independentes. Por outro lado, quanto à abstenção, já se assinalava no estudo mencionado (Magalhães, 2005) que o efeito detectado sobre o grau de precisão das sondagens poderia confundir-se com um efeito decorrente de outras características das eleições para o Parlamento Europeu, elas próprias caracterizadas por mais altas taxas de abstenção. Trata-se de tema que, na base destes resultados, deverá merecer estudo mais aprofundado. Note-se, contudo, que um dos efeitos contextuais previstos acaba por se verificar, seja qual for o modelo utilizado: eleições com candidatos independentes tenderam, de facto, a produzir sondagens bastante mais imprecisas, tal como se previa.

Conclusões

As sondagens pré-eleitorais para as eleições autárquicas de 2005 tenderam a concentrar-se nos maiores concelhos, ponderado o grau previsto de competitividade eleitoral. Contudo, a cobertura por sondagens das eleições para as câmaras municipais parece ter sido determinada por dois factores adicionais: a apresentação de can-

didaturas independentes e/ou de elevada notoriedade pública; e a emergência de um «mercado da imprensa regional», rigorosamente segmentado em termos de institutos contratados e mais concentrado na realização de sondagens na pré-campanha.

Utilizaram-se muitas amostras de baixa dimensão (1/3 com menos de 500 eleitores), especialmente nos concelhos mais pequenos e nas sondagens publicadas pela imprensa regional, o que teve consequências no grau de precisão das estimativas apresentadas quando comparadas com os resultados eleitorais: em média, cada estimativa apresentada por cada sondagem desviou-se em mais de quatro pontos percentuais daqueles que vieram a ser os resultados finais, erro substancialmente superior ao verificado em eleições nacionais legislativas e presidenciais da última década (Magalhães, 2005).

Há, no entanto, razões adicionais para esses erros relativamente elevados. Muitas sondagens foram realizadas a uma distância temporal considerável do dia das eleições, o que, como vimos, teve também efeitos previsíveis na sua precisão. E uma em cada cinco sondagens foi realizada em concelhos onde se apresentaram candidaturas independentes, factor que teve efeitos negativos sobre a precisão das sondagens, presumivelmente devido ao facto de ter perturbado a cristalização das intenções de voto e a utilização de dados sobre identificação partidária ou comportamentos de voto passados para a ponderação das amostras ou correcção das estimativas. Se tivermos em conta que a apresentação de candidaturas independentes foi também, precisamente, um dos factores que influenciaram a cobertura de uma determinada eleição por sondagens, a baixa precisão das sondagens autárquicas em geral torna-se mais compreensível.

Contudo, outros aspectos geram um diagnóstico mais desfavorável. Persistem lacunas importantes no que respeita à divulgação das características técnicas das sondagens pelos meios de comunicação social, especialmente quanto às opções de amostragem. Parte da variância que ficou por explicar poderia eventualmente ser mais bem analisada e explicada caso existisse informação mais completa sobre a variedade das características técnicas de cada sondagem, nomeadamente no que se refere ao modo de selecção de votantes prováveis, à ordem das perguntas, ao desenho completo da amostra, às taxas de resposta ou às práticas de revisita ou recontacto de domicílios e inquiridos. Seja como for, o facto de os erros das sondagens poderem ser explicados, pelo menos parcialmente, por factores de natureza técnica e contextual teoricamente previsíveis é talvez a melhor forma de afastar as recorrentes dúvidas acerca da manipulação e adulteração dos seus resultados. E melhor se dissipariam essas dúvidas se a informação prestada ao público fosse mais completa, seguindo os padrões internacionalmente estabelecidos ou, tão-só, as regras impostas pela legislação vigente em Portugal. Infelizmente, isso ainda não sucede.

NOTAS

- ¹ Este artigo é uma versão modificada das comunicações apresentadas no III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política realizado em 30 e 31 de Março de 2006 e no Seminário «Comunicação e Política», organizado pelo Grupo de Trabalho de Comunicação e Política da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, e pelo ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em 1 de Junho de 2006. Agradecemos os comentários de todos os presentes.
- ² Nos termos da Constituição e da Lei, caso a freguesia tenha menos de 150 eleitores, a Assembleia de Freguesia será constituída pelo plenário de todos os cidadãos eleitores residentes na freguesia e escolherá por votação o presidente da Junta de Freguesia.
- ³ Em termos legais, um presidente de Câmara só é removido se: a) se demitir, b) se um tribunal decretar a perda de mandato, ou c) se o Governo decretar a dissolução dos órgãos de um determinado concelho e convocar eleições intercalares.
- ⁴ Francisco Mangas e Maria Henrique Espada, «PS assume voto de protesto», *Diário de Notícias*, 11 de Outubro de 2005, http://dn.sapo.pt/2005/10/11/tema/ps_assume_voto_protesto.html.
- ⁵ Fonte: *dossier* Marktest sobre as sondagens para as eleições autárquicas (www.marktest.com/wap/a/p/id~cd.aspx). Foram consideradas apenas sondagens realizadas na base de cenários de candidaturas que se confirmaram e cujos resultados completos foram divulgados pela comunicação social.
- ⁶ Para mais informação, consultar: Alves, 2006.
- ⁷ Sobre a fórmula utilizada para este cálculo, ver a secção seguinte.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Luís (2006), «Contributo para o Estudo do Regime Jurídico das Sondagens e Inquéritos de Opinião», *Eleições*, 10, Lisboa: STAPE, pp. 57-96.
- ASHER, Herbert (1992), *Polling and the Public: What every citizen should know*, Washington: Congressional Quarterly.
- CRESPI, Irving (1988), *Pre-election Polling: Sources of accuracy and error*, Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- CREWE, Ivor (1993), «A Nation of Liars? Opinion polls and the 1992 election», *Parliamentary Affairs*, 45, pp. 475-495.
- HENN, Matt (1998), *Opinion Polls and Volatile Electorates: Problems and issues in polling European societies*, Aldershot: Ashgate.
- JOWELL, Roger *et al.* (1993), «The 1992 British Election: The failure of the polls», *Public Opinion Quarterly*, 57, pp. 238-263.
- MAGALHÃES, Pedro (2005), «Pre-Election Polls in Portugal: Accuracy, bias, and sources of error, 1991-2004», *International Journal of Public Opinion Research*, 17(4), pp. 399-421.
- MARKET Research Society (1994), *The Opinion Polls and the 1992 General Election*, Londres: MRS.
- MARTIN, Elizabeth A. *et al.* (2005), «A Review and Proposal for a New Measure of Poll Accuracy», *Public Opinion Quarterly*, 69(3), pp. 342-369.
- MILLER, Peter V. (2002), «The Authority and Limitations of Polls», *Navigating Public Opinion: Polls, policy, and the future of American democracy*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- MITOFSKY, Warren J. (1998), «Was 1996 a Worse Year for Polls than 1948?», *Public Opinion Quarterly*, 62, pp. 230-249.
- MOON, Nick (1999), *Opinion Polls: History, theory, and practice*, Manchester: Manchester University Press.
- MOSTELLER, Frederick *et al.* (1949), *The Pre-Election Polls of 1948*, Nova Iorque: Social Science Research Council.
- PANAGAKIS, Nick (1999), «Response to “Was 1996 a Worse Year for Polls than 1948?”», *Public Opinion Quarterly*, 63, pp. 278-281.
- ZBYSZEWSKI, João Paulo (2006), «Algumas Reflexões sobre a Eleição e o Funcionamento das Autarquias Locais», *Eleições*, 10, Lisboa: STAPE, pp. 97-107.